



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

Trabalho e Desenvolvimento Regional: Um olhar a partir da mobilização dos trabalhadores

Autores:

Nina Beatriz August - Universidade Regional de Blumenau - nina.august@hotmail.com

Rutileia Lima Almeida - Universidade Regional de Blumenau - rutigeo@ifma.edu.br

Miguel Alois Pitz e Silva - Universidade Regional de Blumenau - alois.miguel@gmail.com

Pedro Ivo Ferreira Menezes - Universidade Regional de Blumenau - pedrofemenezes@gmail.com

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo abordar a relação entre trabalho e desenvolvimento regional, enfatizando a luta dos trabalhadores para garantir seus interesses na organização espacial. O texto está dividido em três seções: a primeira apresenta as contribuições da teoria crítica sobre desenvolvimento regional e a luta de classes a partir de Harvey (1996, 2001) e Massey (1979); a segunda trata especificamente do papel dos trabalhadores no desenvolvimento local e regional com a contribuição de Wood (2003), Herod (2011) e Harvey (2011); a terceira apresenta exemplos da ação de trabalhadores na tentativa de promover seus interesses no contexto local ou regional. Após a apresentação das seções, seguem as considerações finais, que contém a síntese dos aspectos teóricos e empíricos, além de indicar as limitações da pesquisa. O estudo realizado não se propõe como algo definitivo, mas exploratório. Desta forma, ao resgatar o lugar dos trabalhadores na produção do espaço, pode se tornar um ponto para futuros debates e ações.

TRABALHO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Um olhar a partir da mobilização dos trabalhadores

INTRODUÇÃO

A análise regional teve início com preocupações de cunho econômico, centrada na distribuição geográfica das atividades produtivas. Calibrar o crescimento econômico e a eficiência locacional seria o meio de garantir o desenvolvimento de uma região. Entretanto, essa abordagem ocultou aspectos importantes relacionados à existência e à natureza das assimetrias regionais. A geografia crítica, que tem entre seus principais representantes Milton Santos, no Brasil e David Harvey, no Reino Unido, destaca o processo de desenvolvimento territorial desigual promovido pelo sistema capitalista. Na mesma linha, a geógrafa britânica Doreen Massey contribui com sua interpretação histórica do “problema regional”. Entretanto, mesmo na abordagem crítica, a questão da luta de classes é predominante vista do ponto de vista do capital e o seu papel na formação do território. Os meios de luta e resistências dos trabalhadores na configuração do territorial continua sendo pouco explorado (HEROD, 2011).

Relacionar as lutas de classe com o desenvolvimento regional envolve uma gama de questões teóricas e normativas. As abordagens teóricas utilizadas na definição de desenvolvimento e região implica no direcionamento de ações que alterem ou mantêm a organização espacial e as relações sociais existentes. A concepção de desenvolvimento tem sofrido alterações importantes e se distanciado de seu sentido inicial relacionado ao crescimento econômico. Ao mesmo tempo, esse conceito serve de guarda-chuva para uma série de pautas sociais. Neste sentido, fala-se de desenvolvimento urbano, desenvolvimento rural, desenvolvimento sustentável, entre outros. As pautas não são marcadas pelo consenso, mas pelas contradições características das relações de classe na sociedade capitalista. A definição de classes sociais no contexto atual, marcado pela desestruturação produtiva e pela flexibilização nas relações de trabalho, exige a retomada de uma abordagem de classe relacional e processual ao invés de se partir de concepções rígidas e a-históricas (WOOD, 2003). O escrutínio teórico é necessário na análise das ligações existentes entre a luta de classes e o desenvolvimento regional e pode contribuir na tentativa de problematizar os efeitos das mobilizações de trabalhadores na organização espacial.

Este trabalho tem como objetivo abordar a relação entre trabalho e desenvolvimento regional, enfatizando a luta dos trabalhadores para garantir seus interesses na organização espacial. O texto está dividido em três seções: a primeira apresenta as contribuições da teoria crítica sobre desenvolvimento regional e a luta de classes; a segunda trata especificamente do papel dos trabalhadores no desenvolvimento local e regional; a terceira apresenta exemplos da ação de trabalhadores na tentativa de promover seus interesses no contexto local ou

regional. Após a apresentação das seções, seguem as considerações finais, que contém a síntese dos aspectos teóricos e empíricos, além de indicar as limitações da pesquisa.

A QUESTÃO REGIONAL E URBANA NA PERSPECTIVA DA GEOGRAFIA CRÍTICA

A etimologia da palavra geografia revela o sentido original de sua abordagem. Formada pelos radicais gregos – geo (terra) e graphein (descrever) – geografia pode ser traduzida como “descrição da terra”. Da preocupação com a superfície terrestre, característico da geografia tradicional, à revolução quantitativa e teórica da Nova Geografia, esse campo foi marcado por abordagens meramente descritivas e sistemáticas dos padrões espaciais. A tensão no contexto urbano e social, a partir da década de 1960, evidenciou a necessidade de considerar a relação entre o espaço e os processos socioeconômicos. Desta forma, “de espaço receptáculo e palco dos acontecimentos, passa-se cada vez mais ao entendimento do espaço como elemento ativo e dinâmico na constituição e transformação da sociedade” (TONUCCI FILHO, 2013 p. 41). A Geografia Crítica surgiu na década de 1970, inspirada no Materialismo Histórico Dialético. A partir dela, empreendeu-se uma “tentativa de integração dialética entre a análise das estruturas e processos espaciais aos processos e relações sociais, alimentada pela perspectiva de transformação social radical” (TONUCCI FILHO, 2013 p. 41).

A espacialidade do desenvolvimento socioeconomicamente desigual tem sido objeto de investigação de vários geógrafos. Com suas origens mais remotas em Lênin, a noção de desenvolvimento desigual ganhou maior precisão a partir da formulação da lei do desenvolvimento desigual e combinado por Trotsky (THEIS, 2009). Nessa perspectiva, a articulação entre o capital urbano-industrial, ou entre o moderno e o arcaico, sustenta o caráter desigual e combinado das relações de produção nas formações sociais periféricas (THEIS, 2009). A noção de desenvolvimento geográfico desigual é mais recente e está centrada na espacialidade do desenvolvimento desigual no sistema capitalista. A divisão territorial do trabalho é um dos eixos basilares para a compreensão do desenvolvimento desigual.

Doreen Massey (1978) demonstra a relação entre a divisão geográfica da produção e as desigualdades regionais. Sua abordagem se posiciona como alternativa à suposição que subjaz às avaliações de políticas regionais, na qual a distribuição geográfica é o fator primordial das desigualdades entre as regiões. Massey indica que a desigualdade pode se referir tanto ao grau de atração que uma região dispõe em relação à forma dominante da atividade econômica (causa), quanto aos índices de bem-estar social (consequência). As desigualdades em relação ao grau de atração resultam de dois processos historicamente-relativos. Um deles são as mudanças na distribuição geográfica dos requisitos de produção (população, recursos, infraestrutura). O outro, refere-se às mudanças nas demandas locais por atividades econômicas lucrativas, relacionadas aos imperativos do processo de acumulação geral. Dessa forma, “em qualquer período particular, novos investimentos em atividade econômica serão geograficamente distribuídos em resposta a um dado padrão de diferença espacial (MASSEY, 1979, p. 234, tradução nossa).

As desigualdades espaciais são vistas pelas diferentes atividades econômicas como forma de maximizar os lucros. Os setores da indústria utilizam as assimetrias regionais de diferentes modos e, com isso, atuam na produção de diferentes desigualdades geográficas. Desta forma, os “problemas regionais” são resultados das ações de diferentes indústrias em resposta à distribuição geográfica das demandas de produção, implicando em diferentes divisões espaciais do trabalho dentro do seu processo global de produção. Nesse processo, as características da diferenciação espacial existente e as demandas de produção do contexto vigente interagem. Assim, “a distribuição geográfica da atividade econômica resultante da evolução de uma nova forma de divisão de trabalho se sobreporá e se combinará com o padrão produzidos em períodos anteriores pelas diferentes formas de divisão do trabalho” (MASSEY, 1979, p. 235, tradução nossa).

As desigualdades espaciais não são apenas um fenômeno espacial, mas são resultados de processos espaciais. Massey questiona até que ponto os problemas regionais são de fato regionais, uma vez que natureza e as causas dos problemas regionais estão relacionadas às mudanças estruturais na economia. Sua análise das diferentes formas de divisão do trabalho no Reino Unido explicitou o porquê da continuidade das assimetrias regionais mesmo com medidas políticas de desenvolvimento dentro das regiões. Um aspecto central de sua abordagem está em como as indústrias atuam e configuram a organização do espaço.

Espaço é um dos conceitos primordiais da geografia. David Harvey (2001) destaca que a produção, reprodução e reconfiguração do espaço são aspectos-chave do sistema de produção capitalista. Ao buscar reconstruir a geografia da acumulação capitalista a partir da obra de Marx, Harvey concebe a teoria do fixo espacial (the spatial fix). O conceito fixo espacial foi cuidadosamente esclarecido em seu artigo “Globalization and the ‘Spatial Fix’”. Harvey (2001) explica que a palavra inglesa fix, utilizada na expressão, é polissêmica. Ela pode significar tanto algo preso no lugar (fixar, prender) como o ato de solucionar algum problema (consertar, resolver). Há também o uso metafórico, utilizado na questão do vício em drogas, referindo-se à satisfação de uma necessidade ou o alívio de um desejo, mesmo que de forma temporária.

É a partir desse terceiro sentido que o termo serve para descrever o “ímpeto insaciável do capitalismo para resolver suas tendências de crises internas a partir da expansão geográfica e da reestruturação geográfica” (HARVEY, 2001, p. 24, tradução nossa). Juntos, os diversos significados do termo em inglês traduzem a dinâmica geográfica do capitalismo.

Observo, por exemplo, que o capitalismo precisa fixar espaço (em estruturas imóveis de redes de transporte e comunicação, bem como em ambientes construídos de fábricas, estradas, casas, fontes de água e outras infraestruturas físicas) para superar o espaço (alcançar uma liberdade de movimento através de baixos custos de transporte e comunicação). Isto leva a uma das contradições centrais do capital: que ele tem que construir um espaço fixo (ou “paisagem”) necessário para seu próprio funcionamento em um certo ponto de sua história, apenas para destruir esse espaço (e desvalorizar grande parte do capital ali investido) para dar lugar a uma nova “correção espacial” (aberturas para nova acumulação em novos espaços e territórios) em um momento posterior de sua história (HARVEY, 2001, p. 25, tradução nossa).

A teoria do fixo espacial representa a relação dialética entre a “fixidade” e o movimento no ímpeto capitalista de expansão. O fixo espacial, no sentido de conserto ou satisfação de necessidade, é atingido com a fixação de investimentos no espaço (aeroportos, infraestrutura de urbanização, entre outros) e com isso, a facilitação da acumulação de capital contínua, a partir da dinâmica temporal e do movimento espacial. Desta forma, a abordagem teórica de Harvey lança luz às formas pelas quais o capital busca garantir uma configuração espacial que promova a perpetuação de sua acumulação.

A questão urbana também se destaca na obra de Harvey. Como enfatizado por ele, é no urbano que está concentrada o futuro da maior parte da humanidade (Harvey, 1996). As transformações no processo de urbanização partiram de uma relação metabólica entre as cidades e seus interiores produtivos para um processo global de urbanização capitalista. A produção do espaço através da urbanização é uma das principais manifestações das contradições capitalistas. Se anteriormente os grandes centros urbanos eram símbolo da modernidade e do futuro sustentados pela indústria e racionalidade, agora, cada vez mais, as cidades ou comunidades fica à mercê das grandes corporações, que não dependem mais delas. Desta forma, comunidades criadas para servir às indústrias manufatureiras são desamparadas e enfrentam o desemprego industrial de longo termo. A estigmatização pelo desemprego e falta de estrutura recai sobre os menos favorecidos nas comunidades. Harvey (1996) compara o formato urbano, mesmo das cidades mais ricas, à um complexo tabuleiro de xadrez com áreas de riqueza segregada e protegida numa sopa urbana de pobreza e degradação igualmente segregada.

Considerar a questão urbana como um processo significa que a solução não está em encontrar a forma espacial certa para a cidade, mas compreender as relações que as formam. A cidade é formada de diversas camadas que, por um lado, representam a sedimentação histórica das relações socioecológicas e, por outro, ordenam o espaço hierarquicamente num mosaico, que permite o movimento caótico dos fluxos socio-ecológicos que produzem, mantêm e dissolvem as diferenças geográficas na paisagem ao longo do tempo (HARVEY, 1996). Cada onda de inovação transformou radicalmente o modo como o espaço é organizado, rompendo as barreiras do tempo e do espaço e criando possibilidades novas para o processo urbano. Com isso, “a intensificação das contradições no processo rápido e descontrolado de urbanização produz todos os tipos de espaços intersticiais no qual todas as formas de possibilidades libertárias e emancipatórias podem florescer” (HARVEY, 1996, p. 420, tradução nossa).

Harvey apresenta o meio urbano como um processo manifestado em permanências que servem ao modelo de sociedade capitalista. Um outro mundo urbano possível depende de um outro modelo de sociedade. O meio para atingi-lo consiste em unificar a ampla gama de ações anticapitalistas da diversidade de atores que sofrem as consequências da globalização nos interstícios das cidades ao redor do mundo. Harvey afirma que “uma melhor compreensão desses princípios geográficos pode certamente ajudar a reunir o vasto leque de movimentos de oposição, atualmente geograficamente fragmentadas e desigualmente desenvolvidos, que oferecem esperança e aspiram a alguma alternativa” (HARVEY, 2011, p. 30, tradução nossa).

Ao abordar a questão urbana e os fixos espaciais, Harvey deixa implícita a noção de lutas de classes. A relação capital-trabalho é abordada de forma mais específica no capítulo três do livro *o Enigma do Capital* (HARVEY, 2011). Partindo da análise de Marx, Harvey indica que a reprodução e expansão do capital depende de um exército de reserva. Esse exército está distribuído por toda a parte e poucas são as barreiras geográficas que limitam o acesso capitalista à reserva de trabalho. As inovações nos meios de transportes, já na década de 1960, facilitaram o deslocamento da produção para áreas com fraca organização do trabalho e baixos salários. A partir da década de 1970, houve uma transformação radical do funcionamento do mercado de trabalho com as deslocalizações maciças da atividade industrial.

Os mercados de trabalho locais são regulados pela mobilidade geográfica tanto do capital quanto do trabalho. Conforme Harvey (2011, p. 57), “uma vez que a escassez de trabalho é sempre localizada, a mobilidade geográfica do capital ou do trabalho (ou ambos) se torna fundamental na regulação da dinâmica dos mercados de trabalho locais” (HARVEY, 2011, p. 57). Não apenas a escassez é localizada, mas também o grau de organização do trabalho.

A militância, o grau de organização e o nível de aspiração dentro de movimentos trabalhistas localizados variam claramente de lugar para lugar e de tempo em tempo, de tal forma que as barreiras potenciais à acumulação contínua do capital podem proliferar aqui e desaparecer acolá (HARVEY, 2011, p. 59).

Neste sentido, Harvey estabelece o cenário em que se desenvolve a luta do capital para tornar o trabalho servil e sua acumulação contínua. Apesar do “poder supremo da força de trabalho”, que sustenta a produção capitalista e pode paralisá-la a qualquer momento, o problema atualmente consiste no “capital ser muito poderoso e o trabalho muito fraco” (HARVEY, 2011, p. 61). Essa assimetria de poder se manifesta na medida em que os capitalistas, com reservas de dinheiro, “podem pressionar aqueles com pouco dinheiro (os trabalhadores e seus sindicatos), mesmo que a ameaça para o capitalismo de agitação laboral generalizada continue sendo uma reserva de poder de grande importância” (HARVEY, 2011, p. 59). A greve do capital, por exemplo, é uma forma de redisciplinar o trabalhador à um salário menor pela ameaça do desemprego. Da mesma forma, as novas tecnologias são utilizadas na luta de classes como meio de reduzir o número de trabalhadores e aumentar o exército de reserva. Assim, há exemplos em que “os trabalhadores resistem instintivamente” às inovações tecnológicas no processo produtivo (HARVEY, 2011, p. 59). O capital também busca desmobilizar os trabalhadores promovendo a segmentação e a competição entre eles. A concorrência por determinado posto de trabalho, com a administração “da oferta de trabalho em conjunto com os setores privilegiados da força de trabalho que usam o racismo e o machismo para minimizar a competição” (HARVEY, 2011, p.57) formam um importante elemento de desmobilização.

A produção capitalista exige uma vasta infraestrutura de ambiente construído, tanto no que tange a questão de transporte e insumos produtivos quanto às necessidades locais dos trabalhadores. Conforme Harvey (2011, p. 76), o capitalismo “depende do investimento na organização e financiamento de infraestruturas adequadas para manter a taxa de crescimento composto”. A arrecadação de impostos por parte do Estado fornece incentivos para

investimentos infraestruturais. Os trabalhadores envolvidos nas obras de infraestruturas não se encaixam no conceito de produção no seu sentido habitual.

Embora os trabalhadores da construção possam travar uma guerra feroz com os empreiteiros sobre salários, condições de trabalho e segurança, eles são conhecidos por apoiar os projetos de desenvolvimento públicos e privados de todo tipo. Apesar de tais projetos criarem oposições, por razões ambientais, políticas e sociais, e apesar de invariavelmente suporem a despossessão dos direitos territoriais de populações muitas vezes vulneráveis, a classe trabalhadora é tão suscetível de colidir em oposição ou de se unir à luta anticapitalista (HARVEY, 2011, p. 77).

Em sua obra, Harvey inverte a lógica de se pensar a luta de classes. Ao invés de se prender à “figura do trabalhador que luta contra a exploração do capital”, Harvey afirma que “é o capital que tem de lutar bravamente para tornar o trabalho servil, no exato momento em que o trabalho é, potencialmente, todo-poderoso” (HARVEY, 2011, p. 88).

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LUTA DE CLASSES: O PAPEL DOS TRABALHADORES

Os grandes nomes da geografia crítica exploraram a natureza geográfica das desigualdades socioeconômicas entre países e regiões. Dentro dessa perspectiva, as ímpeto capitalista para solucionar suas crises nutre e é nutrido pelas desigualdades espaciais. Além de tirar vantagem das desigualdades socioeconômicas, o capital necessita de uma base material sobre a qual possa se reproduzir e se movimentar. Conforme Harvey (2011, p. 76), “o capital tem de criar um cenário adequado para suas próprias necessidades – uma segunda natureza construída à sua própria imagem [...]”. Entretanto, as manifestações geográficas do protagonismo da luta dos trabalhadores parecem insignificantes perante a força do capital. Até mesmo as infraestruturas que suprem as necessidades dos trabalhadores são um pressuposto material necessário para a produção capitalista (HARVEY, 2011). Frente a isso, alguns autores têm se dedicado a explorar tanto empiricamente quanto teoricamente o papel dos trabalhadores na produção do espaço.

Ao falarmos de trabalhadores nos esbarramos com questões conceituais advindas do cenário econômico neoliberal e das transformações recentes no mundo do trabalho. A desestruturação da forma mais definida de relações capital-trabalho dificulta a projeção da luta de classes como um conflito legítimo entre as partes. Nesse sentido, a dissolução identitária da categoria de trabalhadores, tanto do ponto de vista material quanto ideológico, reduz ainda mais a possibilidade de lutarem para promover um desenvolvimento mais igualitário. Diante disso, Francisco de Oliveira manifesta um pessimismo sobre a possibilidade de transformação social promovida pelos trabalhadores.

As forças do trabalho já não têm força social, erodida pela reestruturação produtiva e pelo trabalho abstrato-virtual e força política, posto que dificilmente tais mudanças na base técnico-material da produção deixariam de repercutir na formação da classe. Embora na linha thompsoniana trabalhador não seja apenas um lugar na produção, inegavelmente há que concordar com Perry Anderson: sem esse lugar, ninguém é trabalhador, operário. A

representação de classe perdeu sua base e o poder político a partir dela estiolou-se. (OLIVEIRA, 2003, p. 145-146).

Em suas considerações sobre o contexto do trabalho na atualidade, Oliveira faz menção a duas concepções sobre o trabalhador enquanto categoria social. As abordagens de Thompson e Perry Anderson foram contrastadas por Ellen Wood (2003), que se posicionou em favor do primeiro ao defender a concepção de classe como processo e como relação. A construção teórica de Wood parte da crítica da concepção a-histórica de classe social. Classe não é uma categoria rígida e fixa, como se fosse algo abstrato e imune as transformações sociais. Anderson, por sua vez argumenta, concebe classe de forma mais objetiva, que pode ser definida estruturalmente a partir da referência das relações de produção.

A obra de Thompson “The making of the English Working Class”, foi alvo de controvérsias por ele ter dado ênfase à continuidade das tradições populares e ter periodizado da formação da classe operária na Inglaterra de modo aparentemente idiossincrático. Thompson foi criticado por ter indicado o início da classe operária (1790-1832) antes do desenvolvimento pleno da indústria e do movimento operário. Entretanto, para ele, a condição objetiva mais importante vivida em comum por diversos tipos de operários durante o período em questão foi a exploração. Desta forma, a sujeição do trabalho ao capital “age como força determinante sobre vários tipos de trabalhadores e como experiência unificadora entre eles, mesmo antes que o processo de subjugação real os incorpore a todos e os reúna em fábricas” (WOOD, 2003, p. 85). A presença histórica das formações de classe nos estágios iniciais da industrialização era pré-condição para a industrialização propriamente dita. Desta forma, para Thompson, a luta de classes precede a classe.

Thompson defende que “as determinações objetivas não se impõem sobre matéria-prima vazia e passiva, mas sobre seres-históricos ativos e conscientes” (WOOD, 2003, p.76). Ao dar ênfase à continuidade das tradições populares e manifestando sua preocupação como fatores subjetivos, Thompson foi acusado de subjetivismo e voluntarismo. Porém, Wood defende que sua abordagem considera melhor os fatores objetivos por enfatizar que “classe não é coisa dotada de identidade estática, que possui vontades livres de determinações históricas específicas” (2003, p. 91). Thompson leva em consideração a consciência ativa da identidade de classes e as formas de consciência criadas de várias maneiras por situações de classe.

A abordagem de Thompson se apresenta como alternativa àquela concepção de que não existe nada que medie a constituição das classes pelos modos de produção e uma consciência de classe revolucionária ideal, exceto um vasto espectro político histórico de falsa consciência. As implicações práticas dessa concepção são autoritárias, manifestando uma descrença na iniciativa e criatividade do povo. Wood (2003, p. 93) indica que Thompson “pretendeu recuperar a história que vem de baixo, não apenas como um empreendimento intelectual, mas como projeto político contra as opressões da dominação de classe e também contra o programa de socialismo imposto de cima”. A autora conclui que “por mais difícil que seja construir a prática socialista a partir da consciência popular, não existe nenhum outro material com que ela possa ser construída e nenhum outro socialismo que seja consistente com o realismo político e os valores democráticos (WOOD, 2003, p. 93). Desta forma, “negar a consciência de classe parcial, tratá-la como falsa, leva-nos “a procurar agentes substitutos

da luta de classe e da mudança histórica ou abandonar a luta para o inimigo hegemônico” (WOOD, 2003, p. 97).

A abordagem relacional e processual de classes, a partir da obra de Thompson, está presente na interpretação teórica de Harvey. Em sua obra, ele defende uma transformação vinda de baixo, protagonizada pelos diversos atores que sofrem as consequências perversas da globalização, a partir da unificação de diferentes tipos de ações anticapitalistas. Desta forma, abre-se o leque para um variado conjunto de pautas dos trabalhadores geograficamente dispersos. Em sua obra ele argumenta, porém, que a relação assimétrica na relação capital-trabalho limita as ações de trabalhadores isolados, enfraquece o trabalho. Ao retratar como capital luta para tornar o poder supremo da força de trabalho servil aos seus interesses, Harvey foi criticado por não explorar da mesma forma o modo como os trabalhadores interferem e lutam na produção do espaço.

[...] embora Harvey tenha delineado uma maneira importante de pensar sobre como os padrões de desenvolvimento local e regional estão relacionados com as maquinacões internas da acumulação capitalista, ele não tinha uma concepção de trabalho particularmente ativa nesse processo - os trabalhadores pareciam mais ou menos simplesmente fatores de produção. (HEROD, 2011, p.121, tradução nossa).

Herod argumenta que, no decorrer da história, os trabalhadores têm se organizado em grupos políticos, culturais e sociais. Com isso, buscam se posicionar tanto no que acontece no ambiente do trabalho (aumento salarial, condições de trabalho) quanto no que se refere ao seu contexto geográfico e social. Os trabalhadores, enquanto seres geográficos, possuem interesse em garantir que o local onde vivem seja desenvolvido de uma determinada forma e não de outra.

Há diferentes formas de participação dos trabalhadores no desenvolvimento regional. Herod destaca quatro: 1) Ao negociarem melhorias no salário ou no local de trabalho, os trabalhadores podem ajudar a trazer capital para suas localidades; 2) Ao migrarem de sua região, podem alterar o desenvolvimento tanto de sua região de origem quanto a de destino; 3) Os trabalhadores podem moldar as economias regionais e locais através do impacto suas ações sobre as de outros atores: se os trabalhadores se tornam tão poderosos em determinados lugares eles encorajam o capital a fugir de suas regiões. 4) Podem moldar a configuração do ambiente construído, ao buscarem assegurar condições espaciais necessárias para si mesmos.

Herod (2011) aborda como as organizações dos trabalhadores podem moldar ou influenciar no desenvolvimento local e regional, sem necessariamente estarem envolvidas em práticas emancipatórias e anticapitalistas. Apesar de sua abordagem se distinguir da geografia radical, sua preocupação em resgatar o papel do trabalho no desenvolvimento regional abre uma série de questões conceituais e empíricas que podem ser exploradas criticamente. Na próxima seção do texto, serão apresentados alguns exemplos da atuação de trabalhadores para o desenvolvimento regional, avaliadas por meio do debate desenvolvido até aqui.

MOBILIZAÇÕES DOS TRABALHADORES E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Força de trabalho corresponde àquilo que o trabalhador é reduzido na economia capitalista. Entretanto, muito além de força de trabalho, o trabalhador é um ser histórico e geográfico e manifesta, dessa forma, força de ação e resistência frente às contradições da nossa época. Existem diferentes formas de os trabalhadores tentarem impor suas pautas. Abordaremos quatro exemplos de como os trabalhadores atuam em relação à organização do espaço. O primeiro exemplo é o da organização sindical na região do ABC paulista e como ela influenciou nas tomadas de decisões de políticas econômicas e regionais. O segundo exemplo é o da Economia Solidária, na qual os cooperados buscam garantir sua sobrevivência a partir de um conceito de desenvolvimento diferente da lógica capitalista. O terceiro apresenta de que forma as migrações dos trabalhadores alteram os contextos regionais. Por fim, o quarto apresenta a repercussão do Movimento Passe Livre em políticas de mobilidade urbana e na vida de trabalhadores.

A região do ABC paulista é referência de organização sindical no Brasil e tem o legado de ser a principal aglomeração industrial do país. Sua tradição de luta trabalhista foi construída ao longo de mais de vinte anos. A resistência da organização sindical veio em resposta à crise econômica e à reestruturação produtiva, que marcou a região na década de 1990. As estratégias sindicais frente às ameaças causadas pelo desemprego, terceirizações e precarização do trabalho possibilita considerar o desenvolvimento regional enquanto pauta dos trabalhadores (RAMALHO e RODRIGUES, 2010).

Com a crise econômica no final século XX, a região do ABC paulista foi atingida pelo aumento do desemprego, fechamento de fábricas, enxugamento das atividades produtivas e o deslocamento de investimentos produtivos para outras áreas. Desta forma, o distrito industrial, que anteriormente era “considerado símbolo da modernidade, passou a ser apontado pelo empresariado como ‘o lugar do atraso’ e das ineficiências geradas pelo antigo modelo de industrialização” (RAMALHO e RODRIGUES, 2010, p. 342). A organização sindical defendeu que a decisão sobre o fechamento ou o deslocamento de fábricas não deveria ficar restrita aos empresários, pois numa crise não está apenas em jogo os interesses privados da empresa, mas o “saber fazer da região”. Desta forma, as comunidades pública e privada são afetadas.

A Câmara Setorial da Indústria Automobilística foi uma das primeiras respostas da região frente a crise, já no início dos anos de 1990. Essa experiência foi inovadora pelo modelo tripartite de tomada de decisão, que envolve sindicatos, empresas e governo na elaboração de políticas industriais e gestão pública setorial (RAMALHO e RODRIGUES, 2010). O Fórum da cidadania do Grande ABC, criado em 1994 como forma de ampliar a participação da região, cresceu e foi institucionalizado, agregando entidades como associações empresariais dos diversos setores, sindicatos dos trabalhadores e organizações não governamentais numa articulação em torno dos problemas regionais. Entretanto, a consolidação de uma entidade própria para negociação em torno da questão regional se deu em 1997, com a criação da Câmara Regional do ABC. Entre suas realizações, destaca-se a Agência de Desenvolvimento

Econômico do Grande ABC, criada para dar suporte institucional aos acordos da Câmara Regional.

A região do ABC experimentou uma recuperação econômica. Já nos anos 2000, houve redução do fechamento de fábricas, aumento do emprego formal, surgimento de novos setores produtivos e a recuperação dos setores tradicionais, como o metalúrgico. Os sindicatos tiveram vanguarda ao incluírem em suas pautas a questão regional. Ramalho e Rodrigues (2010, p.344) destacam que

A viabilidade de todo esse processo de renovação institucional – uma mobilização coletiva para reverter o quadro de crise econômica que atingia as atividades industriais e a região do ABC – teve a participação decisiva dos sindicatos, em particular do sindicato dos metalúrgicos. Desde a experiência da Câmara Setorial da Indústria Automobilística em 1992, o sindicato dos metalúrgicos tem desempenhado um papel fundamental de formulador, negociador, coordenador, enfim, indutor de políticas públicas, voltadas para o desenvolvimento regional.

Apesar de a atuação dos sindicatos não terem anulado as diferenças de classe, ela possibilitou que os interesses dos trabalhadores sobre a região ganhassem peso nos processos decisórios. A articulação dos sindicatos em cobrar a responsabilidade social das empresas afastou as multinacionais que não estavam interessadas em negociar planos de desenvolvimento regional. Em contrapartida, isso impulsionou “um engajamento efetivo das pequenas e médias empresas na formulação de um plano regional” (RAMALHO E RODRIGUES, 2010, p.348). O protagonismo sindical voltou a ter destaque com a crise financeira de 2008, manifestado na luta pela criação e manutenção de empregos e na cobrança da responsabilidade social das empresas, pauta de discussão em seus congressos.

Além de sindicatos, os trabalhadores podem se organizar em cooperativas. Um exemplo disso é a proposta da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária. A Rede surge no ano 2000, a partir de manifesto elaborado por trabalhadores desempregados e representantes de diversos órgãos (Carta de Mendes) baseado nos valores da economia solidária. Esse movimento é composto por associações dos mais diversos ramos da sociedade civil que buscam alternativas às políticas neoliberais a partir de uma cultura baseada na solidariedade. Na rede, os cooperados encontram assessoramento e oportunidades de promoverem o seu trabalho. A dissertação de Costa (2006), apresenta resultados da pesquisa de campo e entrevistas realizadas em cooperativas solidárias do Rio de Janeiro e São Paulo e em suas regiões metropolitanas, assim como em órgãos de fomento material (ONGs) e imaterial (ITCPs).

A organização em cooperativas solidárias apresenta um contra-razionalidade (dentro da perspectiva de Milton Santos), uma resistência aos vetores da globalização pelos territórios, que possuem lógicas e demandas próprias. Desta forma, não são cooperativas que visam o crescimento sem limites, mas melhorias na qualidade de vida. As situações das cooperativas variam entre si. Algumas ainda não são capazes de garantir as necessidades básicas dos usuários, outras possuem sede própria com serviços variados e um fundo para garantir os direitos dos trabalhadores. Outras cooperativas conseguiram garantir o acesso à casa própria a alguns dos cooperados pelo sistema mutirão (COSTA, 2006). A ocupação de

locais públicos ou abandonados para estabelecer suas sedes também é realizada por algumas cooperativas. Neste sentido, as cooperativas se inserem na problemática do desenvolvimento regional como alternativa ao modelo de desenvolvimento hegemônico.

Anita Kon analisou as implicações dos movimentos migratórios no processo de desenvolvimento regional. Esse fenômeno manifesta-se, por um lado, nas “condições de inserção dos indivíduos migrantes na população economicamente ativa” e, por outro, nas “consequências das saídas dos mesmos de suas regiões de origem” (KON, 1998, p. 41). Os fluxos migratórios estão relacionados aos desequilíbrios regionais. O rearranjo geográfico das atividades econômicas exige uma adaptação espacial da população, como se mostra no movimento rural-urbano na segunda metade do século XX.

O processo migratório incide sobre a natureza da força de trabalho. De acordo com Kon (1998, p. 74) “a dinâmica produtiva regional prende-se fortemente às condições inerentes da força de trabalho regional e à possibilidade de sua realocação para outros espaços, motivada por vantagens efetivas ou aparentes para o desenvolvimento econômico”. As transformações demográficas, como a estrutura etária das regiões são alteradas pela migração. São os jovens que possuem maior propensão de migrar (KON, 1998). As variações na dependência local que diferenciam os diferentes empreendimentos capitalistas também se manifestam em relação aos trabalhadores (HEROD, 2011). Os jovens trabalhadores, que possuem menor responsabilidade, são menos presos ao local em relação os mais velhos que já possuem casa e uma vida profissional estabelecida. Esses últimos possuem maior interesse em assegurar o investimento em sua região.

As migrações estão relacionadas ao mercado de trabalho, podendo tanto fazer parte de “um processo (des)equilibrador da oferta e demanda por mão-de-obra”, quanto de um processo transformador, ao levar para sua região as técnicas absorvidas em outra região. Para Kon, (1998, p. 42) “o desenvolvimento regional é causa e efeito do processo migratório”, por interferir “na dinâmica modeladora do espaço e dos padrões de distribuição da força de trabalho” e por “determinar os níveis posteriores de desenvolvimento”. Desta forma, a adaptação da mão-de-obra repercute na estrutura ocupacional de determinada região.

O Movimento Passe Livre (MPL) ficou conhecido em todo o Brasil com as manifestações de junho de 2013. O movimento surgiu em 2005 e teve como base os protestos contra o aumento das tarifas. A Revolta do Buzu em Salvador no ano de 2003 repercutiu em Florianópolis, inspirando a Revolta da Catraca em 2004, que forçou o poder público a revogar o aumento das tarifas. Ao mesmo tempo, comitês pelo passe livre estudantil se organizavam em várias cidades. A fundação do MPL foi “uma tentativa de formular o sentido presente naquelas revoltas, a experiência acumulada pelo processo popular, tanto em sua forma como em suas motivações” (MARICATO et al, 2013, p. 13-14). A iniciativa de promover um outro modelo de transporte não estava vinculada à nenhuma corrente político-partidária e, desde o início, os coletivos locais do movimento não se submeteram a qualquer organização central.

O movimento teve início com a iniciativa estudantil. Entretanto, está relacionado à uma pauta urbana comum dos trabalhadores. Da mesma forma, a condição de estudante-trabalhador é predominante no meio universitário. Mais da metade dos estudantes em instituições de Ensino Superior públicas dividem sua rotina de estudos com o trabalho. Esse

número é ainda maior em instituições privadas (ZEN, 2016). Com isso, a preocupação sobre o mundo do trabalho é constante mesmo para aqueles que ainda não estão inseridos nele. Neste sentido, o apoio dos Estudantes em suas comissões e mais tarde pelo MPL, abarca também, os anseios da classe trabalhadora sobre as condições de trabalho e da vida urbana.

Tabela 1 Brasil: Percentual da ocupação do jovem universitário por tipo de universidade (2012)

	Universidades Públicas		Universidades Privadas	
	(Tipo 1)	Tipo 2	Tipo 3	
Trabalha	41,3	60,0	56,0	
Trabalha sem remuneração	8,8	5,5	4,7	
Está procurando trabalho	8,7	15,9	16,3	
Não trabalha	41,2	18,6	23,0	
Total	100,0	100,0	100,0	

Fonte: Tabela apresentada por Zen (2016, p. 200) a partir de dados do Ipea, SBS, CYRC, e CYCRA

A questão do transporte público no Brasil está diretamente ligada à condição dos trabalhadores, sendo ainda mais vital aos que vivem em condições mais precárias. O acesso do trabalhador à riqueza do espaço urbano, que é produto de seu próprio trabalho, está invariavelmente condicionado ao uso do transporte coletivo. As catracas do transporte são uma barreira física que discrimina, segundo o critério da concentração de renda, aqueles que podem circular pela cidade daqueles condenados à exclusão urbana. (MARICATO et al, 2013p. 15)

Nesse sentido, “é impossível dissociar as principais razões, objetivas e subjetivas desses protestos, da condição das cidades”, que “são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho” (MARICATO, 2013, p. 19). Essa constatação também é feita por Negri (2017, p. 301), que afirma que “a estrutura das cidades é agora a estrutura produtiva por excelência. A metrópole substituiu a fábrica”. É dentro da luta entre a necessidade capitalista, que utiliza seu poder para bloquear a força viva e resistente da atividade humana, que se configuram os horizontes da cidade. Entretanto, os movimentos sociais podem apresentar tanto um “sentido do comum” quanto um “sentido da destruição do ser que somos”. De acordo com Negri (2017, p. 300). “o trabalho dos movimentos pode ser qualificado como trabalho vivo na medida em que são movimentos do comum”. A luta pelo transporte público engloba a dimensão da cidade e não de uma única categoria.

A luta de reapropriação do espaço urbano produzido pelos trabalhadores supera, na prática, a bandeira do MPL em seus primeiros anos, que era o passe livre estudantil. Quando as tarifas aumentam, evidenciam-se contradições que afetam a todos, não somente os estudantes, e então deixa de fazer sentido ter em vista apenas um recorte da população. A luta por transporte tem a dimensão da cidade e não desta ou daquela categoria. (MARICATO et al, 2013, p. 15-16)

O MPL ficou marcado pela repercussão um tanto contraditória dos protestos em 2013. Entretanto, o movimento atingiu transformações concretas em algumas cidades do Brasil. O site TarifaZero.org apresenta um conjunto de boas experiências da implementação de políticas para a gratuidade do transporte público no Brasil e no mundo. A frase inicial da página revela a importância da mobilidade “uma cidade só existe para quem pode se movimentar por ela”. Entre as experiências registradas, está a da cidade de Maricá, cujos habitantes podem andar de ônibus gratuitamente desde 2013. A Empresa Pública de Transporte (EPT) foi criada como alternativa à duas empresas que já possuíam a concessão de atuarem na cidade. Desta forma, as linhas da autarquia municipal podem ser utilizadas gratuitamente por todos, enquanto as linhas das empresas continuam operando com a cobrança de tarifas.

O modelo de transporte coletivo gratuito colocado em prática de diferentes formas nas cidades pelo mundo. Em entrevista ao noticiário RBA, em 2016, o Coordenador do Projeto Cidades Sustentáveis, Oded Grajew, fala sobre os diferentes meios que possibilitam a gratuidade. A alternativa “mais comum e viável, segundo ele, é elevar o imposto territorial que atinja as pessoas de maior renda”. Já “outras cidades cobram uma taxa de todos os habitantes”. Grajew destaca que isso é “uma decisão política que envolve uma decisão econômica, sobre o que vai se priorizar no orçamento e de onde que se vai buscar recursos para viabilizar o serviço para a população”. Os impactos da tarifa zero repercute na qualidade de vida, facilitando o acesso à cultura e ao lazer. Além disso, pode contribuir para redução da poluição causada pelo transporte individual. Apesar de ser uma pauta do trabalho, ela também favorece o capital. Grajew indicou que “as cidades que acabaram com a cobrança de tarifa conseguem atrair empresas, que se livram assim de arcar com os custos do vale-transporte”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolvimento regional é um termo que abarca uma série de pautas sociais geograficamente localizadas. As cidades têm se tornado cada vez mais palco de movimentos em prol de diversos projetos de desenvolvimento, não apenas econômica, mas socialmente mais igualitário. Apesar de não termos explorado nesse trabalho, à medida que as contradições se intensificam no campo, as resistências e a luta dos trabalhadores buscam se fortalecer em defesa de determinado modelo de desenvolvimento regional. Em todos os casos, é impossível pensar em desenvolvimento regional a partir de categorias espaciais estáticas. Os processos de desenvolvimento regional estão dialeticamente integrados à dinamicidade das relações e processos sociais, marcadamente desiguais.

Os estudos teóricos procuraram elencar contribuições da geografia crítica em relação ao trabalho e o desenvolvimento regional. A constatação de que o capital está cada vez mais forte e equipado para deter o poder do trabalho com estratégias socioespaciais não extingue a esperança por um outro modelo de desenvolvimento socioespacial. Nesse sentido, é importante resgatar o protagonismo dos trabalhadores e suas estratégias para promover um espaço que não os marginalize. Os exemplos citados na última seção do trabalho representam

uma tentativa de relacionar as diferentes formas de atuação dos trabalhadores com o desenvolvimento regional. Por exemplo, enquanto a organização sindical do ABC procura se inserir nas escolhas econômicas e políticas da regional, a economia solidária busca uma diferente lógica de desenvolvimento, baseada na solidariedade e autonomia. Nem todas as formas de atuação dos trabalhadores são emancipatórias, entretanto elas apontam que a categoria do trabalhador não é nula, mas potencialmente ativa.

REFERÊNCIAS

COSTA, Janete Jacques da. Sistemas técnicos e usos do território: o caso da rede brasileira de socioeconomia solidária. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. 2006.

HEROD, Andrew. Labor and local development. In: PIKE, Andy; RODRÍGUES-POSE, Andrés; TOMANEY, John. Handbook of local and regional development. Routledge, New York, 2011, p. 119-127.

HARVEY, David. Globalization and the 'Spatial Fix'. Geographische Revue, n. 2, p.23-30, 2001.

_____. O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

_____. Possible Urban Worlds. In: HARVEY, David. Justice, nature and the geography of difference. Oxford: Blackwell, 1996. Cap. 14, p. 403-438.

KON, Anita. Desenvolvimento regional e trabalho no Brasil. ABET, 1998.

MARICATO, Hermínia et al. Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo : Carta Maior : Boitempo, 2013.

MASSEY, Doreen. In what sense a regional problem? Regional studies, v. 13, n. 2, p. 233-243, 1979.

NEGRI, Antonio. A cidade substitui a fábrica. In: SANTIAGO, Homero. TIBLE, Jean; TELLES, Vera. Negri no trópico. 23º 26'14". São Paulo: N-1 Edições, 2017.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista/O ornitórrinco. Boitempo editorial, 2015.

RAMALHO, José Ricardo; RODRIGUES, Iram Jácome. Sindicato, crise econômica e estratégias regionais: novas dimensões da participação política no ABC Paulista. Caderno CRH, v. 23, n. 59, 2010.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996. 308 p.

THEIS, Ivo Marcos. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. Novos Cadernos NAEA, v. 12, n. 2, 2009.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. Espaço e território: um debate em torno de conceitos-chave para a geografia crítica. Revista Espinhaço | UFVJM, p. 41-51, 2017.

WOOD, Ellen Meiksins. Classe como processo e como relação. In: _____ Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico dialético. Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 73-98.

ZEN, Eduardo Luiz. Os jovens universitários e o trabalho: uma visão comparada entre brasil e china. In: DWYER, Tom Organizador et al. Jovens Universitários em um Mundo em Transformação: uma pesquisa sino-brasileira. 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160715_livro_jovens_universitarios.pdf>. Acesso em: 03out2018